

Corrupção e controle na administração pública brasileira

Editora Atlas - RedeTV! Em rede com você



Description: -

- Corrupção e controle na administração pública brasileira
- Corrupção e controle na administração pública brasileira

Notes: Includes bibliographical references (p. [135]-139).

This edition was published in 2004



Filesize: 50.37 MB

Tags: #Controle #interno #na #administração #pública

Câmara dos Deputados: reforma administrativa é aprovada na CCJ

O dinheiro público é usado em razão de três grandes finalidades: pagar servidores; pagar credores; e pagar fornecedores. Este controle cria normas e procedimentos que por consequência reduzem e otimizam o tempo, evitando assim, possíveis falhas e vícios. Despesas A base governista defendeu a PEC com o argumento de que a medida vai ajudar na redução de gastos públicos e liberar espaço no orçamento do governo.

Controle interno na administração pública

A PEC proíbe o aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; da proibição de férias em período superior a 30 dias pelo período aquisitivo de um ano; e aposentadoria compulsória como modalidade de punição.

CCJ da Câmara dos Deputados aprova reforma administrativa

Pela proposta, o estado só poderá atuar diretamente em atividades econômicas que estão previstas na Constituição. Há basicamente duas maneiras de gastar o dinheiro público: 1- pagamento de servidores; 2- pagamento de parceiros privados. Os princípios explícitos na Constituição Federal, constituem o intuito do presente estudo, os quais são abordados de maneira objetiva, para que haja compreensão, tendo bibliografia correlata como alvo de pesquisa.

A importância de serem respeitados os princípios explícitos da administração pública na Constituição Federal

Muito pouco é gasto para além desses objetos.

Câmara dos Deputados: reforma administrativa é aprovada na CCJ

O relator retirou do texto os novos princípios da administração pública previstos pelo governo: imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade. Diante desse paradigma, nasce o princípio da legalidade, vinculando os gestores e governantes às normas de procedimentos voltadas para alcançar o interesse público.

CCJ da Câmara dos Deputados aprova reforma administrativa

Para que os anseios da sociedade sejam cumpridos, é necessário a transparência, o êxito do dever de fazer dos atos da Administração Pública, de tal modo que evite os excessos e abusos, para que não ocorra ilegalidade dos referidos atos.

RedeTV! Em rede com você

No parecer anterior, o deputado já havia suprimido outros dois pontos da proposta: o que permite ao presidente da República extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional, via decreto; e o trecho que impedia a realização de qualquer outra atividade remunerada pelos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado. Mais cedo, os deputados já haviam rejeitado por 39 votos a 20 um pedido para a retirada de pauta do texto.

Related Books

- [Új eredmények a hypophysis adenoma sebészi kezelésében és kutatásában - akadémiai székfoglalat](#)
- [II Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira--Estrutura, Função e Manejo - 6 a 1](#)
- [RACER # 3135903](#)
- [Qadā' huqūq al-mu'minīn](#)
- [Fouquet, surintendant général des finances - dapres les documents darchives et les mémoires; illus.](#)